

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº

2013

(Do Sr. Deputado Osvaldo Reis)

Requer informações ao Ministério da Integração Nacional relativas à liberação de recursos por parte desse Ministério ao Projeto de Irrigação Sampaio no Estado do Tocantins.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50,§ 2º da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado o pedido de Informações, ao Senhor Fernando Bezerra, Exmo. Ministro de Estado da Integração Nacional, sobre o Projeto de Irrigação Sampaio no Estado do Tocantins:

- 1) Qual o montante de recursos liberados pelo Governo Federal e Órgãos da União para atender o Projeto de Irrigação Sampaio no Estado do Tocantins.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Irrigação Sampaio, em uma área total prevista de 19.500 hectares, começou a ser discutido, em meados do ano 2000 com os pequenos, médios e grandes produtores agrícolas e proprietários de terra do município de Sampaio, localizado na região do Bico do Papagaio, no Tocantins. O projeto foi apresentado pela Secretaria de Produção do Estado que anunciou um aporte inicial de milhões, gerando 10 mil empregos diretos, possibilitando a produção além da subsistência dos moradores. O projeto deveria beneficiar diretamente a região do Bico do Papagaio refletindo nos municípios em torno da cidade de Sampaio, como Carrasco Bonito, Augustinópolis e Praia Norte.

A expectativa para o início da produção foi de três anos. Além da agricultura, o projeto previa a produção intensiva de pecuária confinada e semiconfinada com o uso do subproduto do arroz, da soja e do milho, usados na fenação para alimentação do gado,

aumentando assim a produção. As obras do projeto também consistiam em sistemas de bombeamento para captação, distribuição e drenagem de água e dique para proteção das áreas de lavoura contra as cheias do rio Tocantins. Na época do lançamento do projeto, a região registrava um dos menores Índices de Desenvolvimento Humanos (IHD) do país e seria um fator de transformação da economia do local, produzindo riquezas, gerando empregos e promovendo transformações sociais.

Na época, a Associação Alternativa para a Pequena Agricultura (APA-TO) alertou para os riscos do projeto, publicando artigo no jornal local: Voz do Bico. A APA chamou a atenção de que o projeto corria risco de não ser viabilizado pela falta de discussão com os agricultores, citando outros projetos com propostas semelhantes que não obtiveram os resultados almejados e acabaram servindo como meio de desvio de dinheiro público, além das consequências em comprometimentos ambientais.

O Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) explicou aos agricultores de Sampaio, ainda em 2000, que a primeira safra de aproximadamente 1.000 hectares seria plantada já no final de 2001 e colhida no início de 2002. Esta primeira etapa deveria ser implantada acompanhada de preparo do solo e plantio sucessivo. Já para o ano de 2000, segundo o secretário da Produção do Estado, Jalba Manduca, o projeto tinha disponibilizado alguns milhões e os próximos passos seriam tornar as áreas de barragens de utilidade pública e a realização da licitação para o Projeto Executivo. Segundo o secretário na época, todo o projeto estaria implantado em 50 meses.

Em novembro de 2011, o atual governador do Tocantins, Siqueira Campos, retornou ao Bico do Papagaio para retomar a implantação do projeto Sampaio. Nada tinha sido feito até então. Estima-se que 500 homens da cidade de Sampaio trabalham em outros estados e a razão principal disto é que a região de várzea onde muitos produziam para o seu sustento estava improdutiva, porque foi tomada sem sucesso para a implantação do projeto Sampaio. O governador deu a ordem para o reinicio do projeto no canteiro de obras da empresa Egesa, com previsão de inauguração em outubro de 2012.

Para a execução da obra foram licitadas três empresas que ficaram responsáveis pela implantação. A Egesa teria que concluir as obras civis do projeto e montagem dos equipamentos de irrigação. A Magna Engenharia responsável pelo gerenciamento, assistência técnica e fiscalização das obras e a LM Consultoria, se responsabilizou pelos programas ambientais.

A realidade mostra que mesmo tendo sido anunciada a implantação do

Projeto de Irrigação Sampaio em duas situações diferentes, a Região está abandonada. O que se vê onde deveria ter uma área irrigada produtiva são máquinas enferrujando, canais entupidos e o mato tomando conta do espaço.

Diante do exposto, requeiro a Vossa Excelência o envio deste Requerimento de Informações, nos termos constitucionais e regimentais, ao Exmo. Ministro de Estado da Integração Nacional para que preste a esta Casa, e portando à sociedade brasileira os esclarecimentos imprescindíveis.

Sala das sessões, em 23 de Abril de 2013.

Deputado Osvaldo Reis
PMDB/TO